

**Aline Ribeiro**

Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba  
Especialização em Matemática - Estatística e Didática pela FIJ  
Graduada em Matemática pela UNIPAC  
Muzambinho-MG

## RESUMO

Esta pesquisa trata do trabalho docente em um curso tecnológico. O objetivo é contribuir com investigações que visem preparar as universidades para futuros investimentos em cursos ligados à tecnologia, em que a demanda de profissionais da área cresce devido ao desenvolvimento industrial. Para este estudo qualitativo, foram selecionados autores contemporâneos que tratam da temática do trabalho capitalista, com direção à formação de mão de obra adequada às necessidades sociais. Os resultados desse estudo evidenciam a maneira que as revoluções industriais, e a globalização atuam sobre as novas profissões e como esse contexto afeta o trabalho docente. Aponta como a última reestruturação dos meios de produção afetou a educação no Brasil. Alguns autores assinalaram possíveis consequências de um ensino voltado apenas aos interesses empresariais. Foi possível concluir que há necessidade de uma política de melhoria das condições do trabalho docente, para que o professor tenha a possibilidade de contribuir com projetos pedagógicos, que promovam o desenvolvimento, não apenas das habilidades, mas também da reflexão do aluno sobre a sua futura profissão e as questões sociais que a envolvem.

**Palavras-chaves:** globalização; cursos tecnológicos; trabalho docente.

## INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa estudaremos as alterações tecnológicas que configuram o trabalho docente em um mundo globalizado, em relação ao conteúdo de suas atividades diante a necessidade constante de atualização de seus conhecimentos, e algumas consequências dessas exigências sobre a saúde docente, em especial dos professores dos cursos superiores voltados à tecnologia relacionada a produtividade industrial.

O estudo de como o desenvolvimento tecnológico modifica as formas de realização do trabalho e o ritmo da produção industrial com distintas mudanças, conforme os diferentes momentos da história do capitalismo,

representadas pelas chamadas Revoluções Industriais, tiveram de início um grande impacto sobre a mão de obra urbana. À medida que os meios de produção e o comércio se desenvolvem, nota-se também o reflexo no direcionamento da educação.

Temos que considerar nesse contexto o tipo de educação que se pretende. Se somente, a transmissão de informação ou a formação de um indivíduo consciente e questionador. Na segunda opção a proposta seria preparar aulas com o uso das novas tecnologias, de modo a desenvolver a reflexão dos alunos. Dessa forma se torna imprescindível a discussão sobre o tempo que se precisa para que seja possível realizar as atividades inerentes ao professor, não apenas com a preocupação de sua saúde, mas também quanto à busca pela qualidade do ensino.

Essa investigação qualitativa se dará de forma argumentativa e interpretativa sobre a regulamentação do trabalho docente no contexto atual, em discussão com autores com abordagem no materialismo histórico que tratam da temática do trabalho, educação e tecnologia como: Alves (2011), Braverman (1987), Lazarrato e Negri (2001), Luxemburg (1983), Marx (1985), Mészáros (2011).

Meu objetivo é entender como essas alterações começam a ser discutidas, para possíveis modificações das leis trabalhistas no reconhecimento da intensificação do trabalho dos professores. Buscara-se contribuir com reflexões sobre o trabalho docente em sua necessidade de condições, para que seja desenvolvido em suas atividades formas de ensino que estimule a reflexão do aluno e promova a sua saúde.

## **As mudanças no trabalho e as exigências postas à educação**

As fábricas automatizadas tiveram que desenvolver a eficiência da equipe de trabalho, necessária ao cumprimento das metas, em relação à demanda de seus produtos. Uma mão de obra, capaz de assimilar e utilizar os novos meios de produção passa a ser mais uma preocupação do setor empresarial, fator que se refletirá sobre os recursos destinados as políticas educacionais, que tendem a priorizar o interesse empresarial ao favorecer a oferta de mão de obra no mercado de trabalho.

Desde o início da Primeira Revolução Industrial até os dias atuais, a fuga do homem do campo para a cidade tem sido algo determinante em países capitalistas, mesmo que as formas de trabalho na zona urbana exijam diferentes níveis de instrução. Se o trabalho assalariado é a forma mais generalizada de subsistência do proletariado, o valor desse trabalho estaria ligado à complexidade de sua realização, ao conhecimento para a sua execução e também confirmado pela oferta de vagas, em meio às oscilações do mercado de trabalho capitalista, como aborda Marx (1985) e enfatiza Braverman (1981).

De acordo com Marx (1985), os detentores dos meios de produção, no capitalismo, utilizam a mão de obra constituída pela massa de

trabalhadores chegada do campo, para intensificar a produção, em troca de um salário precário; o que resulta no aumento de seus lucros.

Conforme Marx (1985), o tempo dedicado à produção da mercadoria pelo operário é determinante para o valor do produto. Portanto, no contexto em que Marx estava inserido, já se faziam observações sobre o desenvolvimento econômico e tecnológico, para a redução de operários, com a finalidade de obtenção da mercadoria com menores preços. O seu valor está relacionado também à matéria-prima disponível e às máquinas utilizadas em sua produção.

A reprodução capitalista, conforme Braverman (1987) refere-se a um mercado consumidor de poder aquisitivo capaz de adquirir os produtos. Contudo, esse mercado se torna abrangente, devido à diminuição das fronteiras do comércio, com o investimento em infraestrutura e em meios de divulgação. Consequentemente ocorreu também o aumento da concorrência, com a expansão da produtividade e a redução de custos. Com isso, ocasionou-se uma alteração na organização do trabalho que facilitou a mudança, para uma nova indústria automatizada. Porém, se antes era necessária uma mão de obra braçal, de fácil treinamento, passou-se a necessitar de uma mão de obra mais especializada. E a sua escassez faz com que seu valor se eleve, e o investimento social em formação profissional seja um fator primordial para a atratividade de instalações de empresa em local, em que se fazem investimentos relevantes em educação.

O início da Primeira Revolução Industrial, no término do século XVII, teve a máquina a vapor, como sua principal alavanca energética para o avanço da tecnologia da época, principalmente, ao que se refere ao transporte. Em seguida ocorreu a Segunda Revolução Industrial, no fim do século XIX, advinda da eletricidade, essencial ao desenvolvimento de novos equipamentos domésticos; e a Terceira Revolução aconteceu após a segunda guerra mundial, com o desenvolvimento da microeletrônica, computadores e telecomunicação. Alves (2011) defende a existência da Quarta Revolução, a tecnológica, constituída das redes informacionais e uma grande transformação no modo de transmitir informação.

O termo revolução tecnológica, discutido por Alves (2011), ressalta uma diferença entre o produto material e imaterial. Enquanto, na Primeira Revolução Industrial e na Segunda, as fontes de energia foram questões primordiais, na Terceira Revolução Industrial, o avanço da tecnologia, no que se refere à automação industrial, passa a ser a essência que alavanca os modos de produção.

Nesta última, o fator que possibilitou o avanço tecnológico não é mais direcionado a novas fontes de energia destinadas à fabricação de produtos materiais, e sim em meios que diminuem a participação do trabalho vivo na produção. Porém a produção ainda se relaciona a produção material.

Na Quarta Revolução Tecnológica referida por Alves (2011), com base no aumento do tráfego de informações, o produto passaria a ser imaterial, pela possibilidade de abrangência e intensificação do trabalho de marketing. Este faz com que a demanda e o valor de um produto material

oscilem de acordo com a qualidade da informação que o acompanha. O êxito do trabalho de marketing seria consequência da divulgação eficaz do produto material.

O trabalho de marketing se impõe com uma relevante abrangência social, devido à velocidade da propagação da informação. Os profissionais que se utilizam da arte e do conhecimento para persuadir o consumidor, passam a ocupar espaços significativos nas grandes empresas, por garantir a venda da sua mercadoria, por meio do convencimento do cliente quanto à necessidade da aquisição ou consumo. Assim, encontra-se o valor subjetivo agregado ao produto final.

A revolução tecnológica trouxe, em si, a necessidade de novas posturas do homem em relação à utilização das inovações no setor industrial. Novos campos profissionais se abriram em função da expansão dos meios de comunicação. Consequentemente ocorreu o surgimento de um mercado consumidor, com outro perfil intelectual para se beneficiar das constantes atualizações dos produtos tecnológicos.

A produção e a propaganda tornam-se parte do valor da mercadoria, proveniente de um trabalho subjetivo. Lazarro e Negri (2001) consideram o trabalho imaterial como relação social de inovação. A inovação social, em questão, é tida como resultante das formas de trabalho de marketing com vistas ao consumidor, ou seja, expõe os produtos e influencia o seu desejo e ideologia. Nesse sentido, o caráter inovador está ligado a capacidade de persuasão para ditar regras, e promover mudanças comportamentais que levem a sociedade à renovação do desejo de consumo. Contudo, vê-se que Lazarro e Negri (2001) não consideram em sua obra, o senso crítico do consumidor em relação às transações comerciais. Para se constatar que o mercado consumidor pode ser persuadido pelo trabalho de marketing, é necessário considerar até que ponto, as instituições educacionais e outras agências de formação, têm-se empenhado em um trabalho de incentivo à prática do consumo consciente.

No século XX, mesmo de forma tardia, o Brasil se industrializou. A “Quarta Revolução Tecnológica”, fez com que a detenção do conhecimento específico nas áreas tecnológicas fosse valorizada, o que tornou o ensino superior mais necessário e, por consequência mais democratizado em muitos países, após a maior oferta do ensino médio. Nota-se que o processo educativo continua a se estender e o conhecimento sistematizado se torna, praticamente, sinônimo de melhores oportunidades de emprego.

Em muitas áreas de trabalho, há carência de profissionais habilitados, mesmo com a abertura de vagas em universidades particulares, pois a realidade financeira da maioria dos jovens, não permite que eles tenham oportunidade de frequentar uma instituição educacional paga. Diante dessa questão, o governo passou a incentivar o preenchimento de vagas no ensino superior privado com a criação de programa de bolsas, com a condição de as universidades particulares contempladas oferecerem a mesma qualidade de ensino que as universidades públicas. O governo passou, então, a ser um órgão fiscalizador das instituições privadas por meio do MEC (Ministério da

Educação), com exigência de metas a ser cumpridas. De acordo com Schultz (1973, p.19) “As escolas podem ser consideradas empresas especializadas em produzir instrução. A instituição educacional, que congrega todas as escolas, pode ser encarada como uma indústria.”

Ao analisar o ensino público e o particular, verifica-se um evidente conflito de interesses. Uma entidade com fins lucrativos se comporta de forma empreendedora quanto ao ensino, pois a massa de alunos passa a ser bem-vinda, devido ao fato de uma entidade particular necessitar deles para o seu crescimento e a manutenção do capital.

A superlotação em salas de aula deixa transparecer o quanto é aplaudido, pelas instituições particulares de ensino, o atendimento ao maior número possível de aluno, porém, sem prejuízo da qualidade esperada do ensino, que possa afetar, negativamente, seu conceito. Assim, deve permanecer garantida a credibilidade, como universidade, com uma avaliação positiva do MEC.

Mediante a atual situação, passa a existir uma sobrecarga de exigências sobre o docente universitário, principalmente, no setor privado, com reflexos para a sua falta de liberdade pedagógica, resultado de uma programação conteudista, devido à redução do tempo de duração de alguns cursos, tendência que se verifica nas últimas décadas. Percebe-se que a sobrecarga, não apenas, física, mas também emocional, devido ao aumento do público atendido por um único docente, deixa claro que se deve repensar sobre o tempo e a forma que esse professor é exposto em sala de aula. A evolução da tecnologia deve trazer para o ensino, melhorias evidenciadas na qualidade da educação e no bem-estar docente, e não apenas na possibilidade de se atender uma demanda de alunos, em uma visão capitalista de lucro.

### **A jornada de trabalho docente e traços de sua intensificação na mais-valia relativa.**

Com o uso das tecnologias digitais impondo-se em quase todas as profissões, propicia-se que cursos destinados aos alunos que visam a um mercado de trabalho com novas exigências, tornem-se, praticamente, obrigatórios. Mas, mesmo as universidades investindo na oferta de cursos tecnológicos, não se tem dado a devida ênfase, na conscientização de como os meios de produção e o consumismo afetam a uma sociedade induzida pelo trabalho de marketing. As necessidades de aprendizagem para a reestruturação do mercado de trabalho e os investimentos na educação deveriam andar juntos, de forma que a diferença entre trabalhos mecanizados e intelectuais não resultassem na diferenciação entre dois tipos de ensino.

Quanto à expansão do ensino técnico [...]. a melhoria e expansão se ateuve, sobretudo, aos prédios. O que falta e para isso não se sente no projeto vontade política – é construir a materialidade de um projeto que rompa com a visão imediatista, mercadológica de educação (FRIGOTTO, 2006, p.42).

A formação profissional, que se torna cada vez mais voltada para a necessidade das empresas e indústrias, faz com que a pressão de se obter mão de obra especializada em menor tempo, torne os cursos mais compactos e mais técnicos. No ensino superior, observa-se o aumento dos cursos de tecnologia, mesmo que o enxugamento de conteúdo teórico desses cursos acabe por negligenciar matérias generalistas, destinadas à formação crítica do indivíduo. Esse fato pode ser constatado nas últimas décadas, com a redução de disciplinas e número de aulas na grade curricular do ensino básico e médio, essenciais ao desenvolvimento social do aluno.

Tem-se com isso, uma procura significativa pelos cursos superiores, o que tem obrigado o poder público, a se preocupar com incentivos sociais capazes de promover o crescimento necessário à demanda em questão. Percebemos, porém, que as medidas tomadas pelo sistema governamental são discriminatórias, pois as maiores quantidades dos recursos distribuídos privilegiam os cursos superiores voltados à tecnologia.

[...] a tentativa de implantar os cursos de tecnólogos de curta duração, somente na área de engenharia da produção. Por outro, um projeto de expansão do ensino técnico com a criação de 200 escolas técnicas industriais e agrotécnicas. Em relação aos cursos tecnólogos, a resistência veio tanto das críticas pelo campo da esquerda quanto da cultura do “bacharel” ou do diploma superior (FRIGOTTO, 2006, p.42).

No contexto atual, considera-se uma formação para a transmissão de informação ou a formação que direciona o indivíduo a um desabrochar consciente e questionador. Na segunda opção a proposta seria preparar aulas com o uso das novas tecnologias, de modo a desenvolver a reflexão dos alunos.

A profissionalização compulsória imposta pela Lei n. 5.692/71 (tornando opcional pela Lei n.7.044/82), tal como a separação entre o ensino médio e a educação profissional estabelecida pelo Decreto n. 2.208/97, é expressa de ações autoritárias que, por terem essa característica, não conseguiram encontrar respaldo entre aqueles que lidam com a problemática da formação profissional (OLIVEIRA, 2006, p.151).

Dessa maneira, divide-se em formas de oferta de ensino médio: uma para o preparo de futuros universitários e outra para atendimento imediato do mercado de trabalho. A segunda opção se refere aos cursos técnicos em que a carga horária de estágio é definida, conforme a necessidade de atendimento à demanda da formação de mão de obra específica.

Esse novo contingente de trabalhadores com novo perfil, candidato ao mercado de trabalho, faz com que, diante da grande concorrência empregatícia, o indivíduo aceite uma menor remuneração. Fator que reflete, inevitavelmente, no mercado consumidor, pela oferta de produtos condizentes com uma clientela de menor poder aquisitivo.

A reforma do Ensino Médio Técnico ocorrida a partir de 1996 incidiu sobre uma organização educacional baseada na Lei n. 5.692/71, modificada pela Lei n. 7.044/82, identifica, entre outros sujeitos, a burocracia do Ensino Industrial como um dos responsáveis pelas alterações feitas posteriormente por estes dois últimos instrumentos legais, como reação a sobrecarga que a reforma impôs sobre as escolas técnicas, especialmente as da rede federal (RAMOS, 2006, p.284).

As duas formas de oferta do ensino médio definem o perfil adequado, de professor a ser selecionado para atender o objetivo da especificidade do curso ofertado. Para tanto, necessita-se de professores que ensinem o aluno a refletir e de professores que ensinem a saber fazer. Para a formação de alunos com vistas à universidade, seriam necessários métodos e conteúdos que levem à reflexão; e para os alunos dos cursos profissionalizantes, deve-se ministrados conteúdos que contribuam com o desenvolvimento de habilidades para atuação nas áreas estritamente técnicas. Desta forma, o aluno concluinte do Ensino Médio Técnico se torna prejudicado pela falta das disciplinas, que constituem o conhecimento capaz de torná-lo apto a pleitear uma vaga no ensino superior.

A estrutura capitalista constituída pela dissociação do trabalho vivo e os meios de produção como defende Marx (1985), no primeiro volume da obra o Capital, contempla os processos de que resulta a mais-valia absoluta e relativa. O termo mais-valia absoluta é utilizada por Marx, ao se referir apenas o fator do prolongamento da jornada de trabalho, ou intensificação de atividades sem ser acrescido o retorno salarial, objetivando a obtenção de maior lucro, enquanto que na mais-valia relativa, que diante as inovações tecnológicas que elevam a produtividade, termina por exigir menor tempo de trabalho vivo, devido ao auxílio da tecnologia e das máquinas. Nesse contexto, de mais valia relativa, muda-se as relações trabalhistas, mas ainda sim se verifica que todas as formas de regulação legislativa do trabalho, se debatem contra a postura de livre exploração do trabalhador, que se revela na redução do valor do produto, elevando a sua competitividade, em benefício de um mercado consumidor induzido por um sistema de comunicação de massa eficiente.

A globalização amplia os horizontes do consumismo, o que estimula o aumento da concorrência de um mercado aberto, com formas de trabalhos precários, e políticas que se rendem aos apelos dos grandes empresários para formulação de leis trabalhistas, destinadas ao favorecimento do próprio empresariado. Nesse cenário, o indivíduo tem necessidade de atualização contínua, para que ele consiga acompanhar as constantes inovações tecnológicas, mesmo que o tempo extra não seja, normalmente, contado em sua carga horária de trabalho.

A jornada de trabalho, apesar de constar na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), a definição do teto máximo de 44 horas semanais e a fixação de um salário mínimo, com o objetivo de atender os requisitos básicos de sustento dos trabalhadores, atualmente, ela é discutida em relação às profissões insalubres, e à sua redução, pela necessidade de garantir formas

de proteção à saúde física dos trabalhadores que atuam em ambientes hospitalares.

Com relação, ainda, à situação do trabalho docente, o reconhecimento legal sobre as atividades extras realizadas na residência do professor, após o horário previsto, com grande ocupação do tempo em planejamento de aulas e correção de provas, começa a se tornar tema de estudo, incluindo propostas de redução da carga horária, em sala de aula, com vistas a uma melhor qualidade do ensino e saúde dos profissionais. Mas, ao se tratar de desgaste emocional e intensificação das atividades mentais, notamos atraso nas questões relacionadas à revisão da carga horária de trabalho docente, mesmo que esse desgaste seja plenamente evidente.

Há situações em que a saúde emocional do professor pode ser concretamente afetada, em face da quantidade e diversidade de atividades, somadas à intensa cobrança por parte da clientela atendida; também em função dos avanços tecnológicos que estão em conveniência da visão capitalista, ao acréscimo do número de alunos a ser atendidos por um professor em sala de aula, aumentando a sua preocupação quanto à repercussão de possíveis falhas, o que pode levá-lo a um acréscimo de ansiedade, fator comprometedor do rendimento profissional.

Marx (1985) conseguiu trazer à tona, algumas questões sobre a jornada de trabalho, que, ainda hoje, continuam atuais para os trabalhadores fabris. Como resposta detectada por Marx (1985), dos capitalistas em relação ao ritmo do trabalho, consideravam apenas as necessidades fisiológicas como delimitador da jornada de trabalho nas fábricas. As perguntas que foram abordadas por Marx (1985, p.211): “Que é uma jornada de trabalho? De quanto é o tempo durante o qual o capital pode consumir a força de trabalho, cujo valor diário ele paga? Por quanto tempo pode ser prolongada a jornada de trabalho?”. As respostas marxistas foram reavaliadas em um novo contexto por outros pesquisadores e dentre Alves (2011), que as destacou no contexto da chamada “quarta revolução tecnológica”, considerando as transformações, em relação a espaço e tempo, no modo de realização do trabalho.

A consolidação das leis trabalhistas não reconhece o trabalho imaterial que transpõe a barreira do tempo, devido ao aumento da velocidade de trânsito, das informações impostas pelos avanços das tecnologias de comunicação que invadem os lares a todo o momento. E nessa diferença de contexto, como responder às questões: Qual jornada de trabalho ideal para propiciar uma melhor qualidade de vida? Quanto tempo extra o capitalista pode utilizar da força do trabalho vivo, de acordo com a legislação? Qual seria o valor mínimo justo a ser pago ao trabalhador? Podemos obter respostas diferentes, quando nos deparamos com os profissionais da comunicação e informação em relação aos profissionais da indústria.

As tecnologias tratadas na “quarta revolução tecnológica” geraram novas posturas profissionais no mercado trabalhista, com o acréscimo de exigências em relação a uma jornada de trabalho. Como se poderia responder, nos dias de hoje, a tal questão no cotidiano dos professores, que



teriam de levar à escola, uma grande diversidade de formas de conhecimento, em especial, das informações que evoluíram a partir do rádio, telefone, televisão até a internet? Pode-se questionar ainda: Como as instituições de ensino se utilizam das tecnologias informacionais como ferramentas pedagógicas? Qual seria a familiaridade dos docentes em relação a tais instrumentos? Qual será a abrangência referente à quantidade de alunos, com o uso das tecnologias informacionais? Os docentes dispõem de tempo extra para a capacitação quanto ao uso das inovações tecnológicas? Como a legislação trabalhista irá considerar o trabalho docente, com o uso das tecnologias informacionais? Como será tratado, com relação à jornada de trabalho, o tempo do professor à disposição de seu ofício, para a realização de atividades fora de sala de aula? As respostas a tais questões podem ser uma luz, quanto ao entendimento do que vem a ser uma atual jornada de trabalho dos profissionais de ensino.

A discussão da legislação sobre as atividades extras docentes tem evidenciado a preocupação quanto à reestruturação da carga horária vigente. Contudo, se reconhece que os docentes em férias não devem responder e-mails do local em que trabalham. A Lei nº 12.551/11 tende a facilitar a comprovação em juízo, na relação empregatícia referente ao trabalho à distância, por presumir a sua existência nessa modalidade de ensino.

A globalização gera um mercado competitivo, com facilidade nas importações devido às reduções das taxas alfandegárias. A atualização em relação às mudanças e tendências, e a adaptação de uma tecnologia capaz de abastecer o mercado consumidor, influenciado pelo trabalho de marketing, impõem às universidades, um aumento crescente de vagas em cursos que envolvem comunicação, engenharia e sistema de informação.

A exigência por uma carga horária de trabalho justa de acordo com o número de trabalho extraclasse, e o tipo de atividade ministrada em sala de aula, se relaciona com o que a sociedade espera da formação do aluno. Ao se buscar se a empregabilidade do curso, na necessidade de um investimento em educação em curto prazo, as formas de reprodução do trabalho docente, através das ferramentas atuais de comunicação, e as exigências sobre as suas abrangentes funções nas instituições de ensino, passam a transformá-lo em um aplicador e avaliador do conhecimento, em que o tempo para a qualificação e preparação das aulas por esse professor, são de fato menosprezados em virtude de sua produtividade em sala de aula.

## **Conclusão**

As razões econômicas que trouxeram as atuais complexidades para o trabalho dos docentes, a partir do século XX, constituem um importante assunto a ser tratado, pois o entendimento das circunstâncias históricas evidencia uma posição de exploração, em relação aos trabalhadores da educação. Faz-se necessário o estabelecimento de novos rumos para o setor educacional, de forma que os profissionais do ensino não sejam tão afetados em sua saúde.

A reestruturação produtiva que se iniciou no século XX marcou a economia, com o desenvolvimento de um mercado de trabalho mais competitivo, somado à contribuição de fatores históricos como: guerras, trabalho feminino, desenvolvimento dos meios de comunicação. Em face desse contexto, a legislação trabalhista, resultado da queda de braços entre o detentor do capital e o proletariado, tinha-se a defesa da ideologia comunista que ressaltava o bem estar social. Porém, com as políticas neoliberais, a regulamentação do trabalho no ocidente passou a ser um obstáculo à “reprodução capitalista”, conforme abordado por Marx (1985). O marketing promovido pelas empresas famintas de mercados consumidores, e a necessidade de promover produtos com valores mais competitivos fizeram com que a última reestruturação produtiva, terminasse por obedecer às tendências de mercado, afetadas por influências culturais. Devido a essa explosão de marketing, após a inserção dos novos meios de comunicação, decisivos para o aumento do consumo, resultou também a expansão do setor industrial.

Após a década de 70, a flexibilidade da produção, passou a ser mundialmente adotado por adaptar-se às oscilações econômicas, influenciadas pelas rápidas mudanças do mercado consumidor. E a demanda por mão de obra especializada tornou-se mais requisitada, mesmo não estando ao alcance de muitos países.

Dessa forma, por meio de incentivos para instalações de empresas multinacionais, que resultaram na redução de impostos e flexibilização do trabalho, ou em uma oferta de mão de obra mais barata. Porém, a barreira permanecia, ainda, na qualificação da massa trabalhadora. Como mais uma tentativa de sanar esse problema, o governo implantou uma educação mais técnica, em que o resultado refletisse, com mais rapidez, no crescimento econômico.

A respeito do capitalismo, Antunes (apud. MÉSZÁROS, 2011, p.10) afirma:

François Chesnais apontou as complexas conexões existentes entre produção, financeirização (“a forma mais feichizada da acumulação”) e mundialização do capital, enfatizando que a esfera financeira nutre-se da riqueza gerada pelo investimento e da exploração da forma de trabalho dotada de múltiplas qualificações e amplitude global. E é parte dessa riqueza, canalizada para a esfera financeira, que infla o flácido capital fictício.

Como resultado de tal política, atualmente os professores sofrem com uma exigência de trabalho, que se iniciou com a democratização do ensino fundamental e médio, estendidas até as universidades tanto públicas como particulares no Brasil, por meio de programas sociais.

Professores com especialização, mestrado e doutorado ainda são uma mão de obra escassa. Os detentores desses títulos são obrigados a atender uma quantidade maior de alunos, supostamente, por possuir mais habilidades, em meio a um cenário que envolve tecnologias de informação

que propiciam um custo reduzido para a propagação do ensino. Percebe-se, portanto, que a essência da questão não seria facilitar o trabalho docente para obtenção de uma melhor qualidade de ensino, sim diminuir os custos de formação.

As tecnologias ligadas à informação, utilizadas por muitas universidades, que atendem o aluno como um cliente, para a obtenção de lucro, como em uma empresa, considera seu produto, o conhecimento. A tecnologia, nesse sentido, torna-se uma ferramenta para obtenção da mais valia relativa através do trabalho docente. O que se constata em uma visão capitalista, é a falta de preocupação em formar um aluno mais consciente e questionador sobre o seu contexto social; que não seja indiferente quanto às relações éticas no mercado consumidor, e também, quanto às suas escolhas, que podem afetá-lo, enquanto sujeito envolvido nos processos de produção.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.551/2011 do artigo 6º da CLT, 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12551.htm)> Acesso em: 20 de janeiro de 2013.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no Século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CODO, W., SAMPAIO, J. & HILTOMI, A. *Indivíduo trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar*. 2. ed. Petrópolis: Vozes. 1994.

F. FIDALGO/M.A.M. OLIVEIRA/N.L.R. FIDALGO (ORGS.). *A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividades*. São Paulo: Papyrus, 2009.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.

FRIGOTTO, G. *A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico*. Brasília: INEP, 2006. P.25 - 54.

LAZARRATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A. 2001.

LUXEMBURG. Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. 3.ed, Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. ed. 2. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, R. *A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico*. Brasília: INEP, 2006. P. 151 – 164.

PROJETO DE LEI DO SENANDO, Nº 220 de 2010. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=97871](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=97871)> Acesso em: 20 de janeiro de 2013.

RAMOS, N.M. *A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico*. Brasília: INEP, 2006. P. 283 – 310.